

Há 25 anos, 130 mil emendas

Em 1963, último ano em que o Congresso Nacional pôde fazer modificações no orçamento da União, foram apresentadas nada menos que 130 mil emendas. "Isso não pode ocorrer novamente", diz o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Na



Maria Abadia

próxima terça-feira ele promove uma reunião com todos os sub-relatores para limitar o número de emendas a ser apresentada pelos parlamentares. Pensa-se em 20, mas o próprio Cid acha que é um número alto. Se todos os 559 congressistas esgotarem sua quota, o número chegará a 11 mil 180.

A Comissão de Orçamento começa do zero. "Como na Constituinte. Não tínhamos a menor experiência", afirma Cid Carvalho. Para fazer sua primeira reunião, teve que

despejar o deputado Fernando Gasparian, (PMDB-SP), presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara. Gasparian tinha-se instalado nas amplas salas da Subcomissão de Orçamento. Exultante, Cid Carvalho anunciou aos integrantes da comissão, logo após a sua instalação: "Agora já temos onde nos reunir".

A princípio, a Comissão de Orçamento conta com a assessoria de 14 economistas que trabalhavam junto às comissões de finanças do Senado e da Câmara. Mas Cid Carvalho já enviou à diretoria das duas casas ofícios pedindo que mais técnicos sejam cedidos para o auxílio dos trabalhos.

Um exemplo de como a comissão começa do zero é o depoimento da deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF), nomeada sub-relatora de "transferências a estados, distrito federal e municípios", que trabalhará com um orçamento de Cz\$ 1,69 trilhão (16% do orçamento global): "Sou uma deputada de primeiro mandato. Como fazer esse trabalho? Como me livrar das pressões? Ainda não sei. Terei que aprender.